

I — pertencentes à Secretaria da Fazenda:

a) Coordenação da Administração Tributária;
 1 — Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta — São Carlos —
 GG — 1435-81 — camioneta Vanele — marca Chevrolet — ano de fabricação
 1973 — chassi C 146 CBR 68070 — B — PI — 156213;
 2 — Sociedade Beneficente Lar das Crianças Betel — Capital —
 GG — 1393-81 — Perua Variant — marca Volkswagen — ano de fabricação
 1973 — chassi BV — 160378 — PI — 156177;

II — pertencentes à Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

a) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral;
 1 — Sociedade Distribuidora de Fão aos Pobres — Ribeirão Preto —
 GG — 1748-81 — Jeep Universal — marca Ford — ano de fabricação 1972 —
 chassi LA 1 BMS-09119 — PI — 0299;

b) Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais;
 1 — Chácara da Tia — Centro Conveniano de Ensino — Capital —
 GG — 1573-81 — Kombi — marca Volkswagen — ano de fabricação 1972 —
 chassi BH-279332 — PI — 294;

c) Coordenadoria da Pesquisa Agropecuária;
 1 — Fundação Casa do Pequeno Trabalhador — Capital — GG —
 775-81 — Perua Variant — marca Volkswagen — ano de fabricação 1972 —
 chassi BV — 127497 — PI — 412;

III — pertencente à Secretaria de Obras e do Meio Ambiente:

a) Departamento de Edifícios e Obras Públicas;
 1 — Casa da Criança de Igaraçu do Tietê — Igaraçu do Tietê —
 GG — 1448-81 — Brasília — marca Volkswagen — ano de fabricação 1976 —
 chassi BA — 262708 — PI — 5086;

IV — pertencente à Secretaria da Educação:

a) Coordenadoria de Ensino do Interior;
 1 — Associação dos Paraplegicos e Deficientes Físicos do Brasil —
 A.P.D.F.B. — Capital — GG — 3861-80 — Brasília — marca Volkswagen —
 ano de fabricação 1974 — chassi BA — 084475 — PI — 0623;

V — pertencente à Secretaria da Saúde:

a) Coordenadoria de Assistência Hospitalar;
 1 — Irmandade de Misericórdia de Atibaia — Hospital e Maternidade
 São José — Atibaia — GG — 1592-81 — Ambulância — marca Chevrolet —
 ano de fabricação 1971 — chassi C 153 BBM 7824-B — PI — 87845.

Artigo 2º — A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito, expedirá os certificados de propriedade relativos aos veículos ora doados.

Artigo 3º — O prazo para uso dos veículos é de um ano a partir da publicação, quando as donatárias poderão dispor deles sem qualquer formalidade.

Artigo 4º — As doações de que trata este decreto ficarão revogadas se os veículos a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de trinta dias.

Artigo 5º — O Departamento de Edifícios e Obras Públicas procederá a baixa patrimonial do veículo a que alude a alínea "a" do inciso III, do artigo 1º.

Artigo 6º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, Palácio dos Bandeirantes, 29 de julho de 1981.

PAULO SALIM MALUF

Affonso Celso Pastore, Secretário da Fazenda.
 Guilherme Afif Domingos, Secretário de Agricultura e Abastecimento.
 Walter Coronado Antunes, Secretário de Obras e do Meio Ambiente.
 Luiz Ferreira Martins, Secretário da Educação.
 Adib Domingos Jatene, Secretário da Saúde.
 Wadih Helu, Secretário da Administração.
 Calim Eid, Secretário de Estado — Chefe da Casa Civil.
 Publicado na Casa Civil, aos 29 de julho de 1981.
 Maria Angélica Galiazzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 17.402, DE 29 DE JULHO DE 1981

Antoriza a doação de veículos usados às Prefeituras Municipais que especifica

PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1º — Ficam autorizadas, em deferimento aos pedidos das Prefeituras Municipais, objeto dos processos abaixo discriminados, as doações dos veículos usados, pertencentes ao patrimônio de várias Secretarias de Estado e declarados excedentes pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material da Secretaria da Administração:

I — pertencente à Secretaria de Agricultura e Abastecimento:

a) Coordenadoria de Assistência Técnica Integral;

1 — Prefeitura Municipal de Porto Ferreira — GG 1800-81 — Jeep Universal — marca Ford — ano de fabricação 1974 — chassi — LA 1 BPL 37454 — PI — 0641;

II — pertencente à Secretaria da Administração:

a) Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual;

1 — Prefeitura Municipal de Araraquara para uso do Hospital Espírito Santo «Cairbar Schufel», local — GG 1809-81 — ambulância — marca Chevrolet — ano de fabricação 1975 — chassi C 147 EBR 29571 — P — PI — 52530.

Artigo 2º — A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito, expedirá os certificados de propriedade relativos aos veículos ora doados.

Artigo 3º — As doações de que trata este decreto ficarão revogadas se os veículos a que se refere o artigo 1º não forem retirados dentro de trinta dias.

Artigo 4º — O prazo para uso dos veículos é de um ano a partir da publicação, quando as donatárias poderão dispor deles sem qualquer formalidade.

Artigo 5º — O Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual procederá a baixa patrimonial do veículo a que alude a alínea "a" do inciso II, do artigo 1º.

Artigo 6º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, Palácio dos Bandeirantes, 29 de julho de 1981.

PAULO SALIM MALUF

Guilherme Afif Domingos, Secretário de Agricultura e Abastecimento.
 Wadih Helu, Secretário da Administração.
 Calim Eid, Secretário de Estado — Chefe da Casa Civil.
 Publicado na Casa Civil, aos 29 de julho de 1981.
 Maria Angélica Galiazzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.

DECRETO N.º 17.385, DE 23 DE JULHO DE 1981

Retificação

Cria funções-atividades no Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual — IAMSPE

PAULO SALIM MALUF, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1º — Ficam criadas na Tabela II do Subquadro de Funções (SQF-II) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual — IAMSPE, destinadas à Assistência à Superintendência e ao Hospital

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A IMESP

Diretor-Superintendente

CAIO PLÍNIO AGUIAR ALVES DE LIMA

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

O Diário Oficial do Estado de São Paulo foi criado pelo Decreto n.º 162, de 24 de abril de 1891, iniciando-se sua publicação em 1º de maio do mesmo ano. Atualmente é editado em quatro seções:

1) **SEÇÃO I — PODER EXECUTIVO** (atos normativos e de interesse geral); PODER LEGISLATIVO; TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO; EDITAIS; DIÁRIO DOS MUNICÍPIOS e BOLETIM FEDERAL.

2) **SEÇÃO II — PODER EXECUTIVO** (atos referentes ao pessoal da Administração Pública Centralizada e Descentralizada).

3) **PODER JUDICIÁRIO**

4) **INEDITORIAIS**.

A edição do Diário Oficial do Estado sob a forma de Seção I e Seção II, em 18 de março de 1981, atendeu ao disposto no Decreto n.º 16.435, de 19 de dezembro de 1980.

Os originais para publicação devem obedecer as normas estabelecidas pelos Decretos n.º 5.054, de 20-11-74 e n.º 15.435, de 19-12-80.

SEDE E ADMINISTRAÇÃO — Rua da Mooca, 1921 — 03103 — São Paulo
 • Telefone: (011) 291-3344 (PABX). Ramais: Publicidade (220), Assinaturas (221), Venda Avulsa-Impressos (246), Arquivo-Xerox (223). • Horário de atendimento ao público: 9 às 17 horas.

REDAÇÃO — Rua João Antônio de Oliveira, 152 — 03103 — São Paulo
 • Telefones: (011) 93-0484 e (011) 291-3344 (PABX) Ramal (242) • Recebimento de originais até 19 horas.

AGÊNCIA CENTRO — Galeria Prestes Maia (Piso Anhangabaú) • Telefones — (011) 37-2380 e 37-3015 • Horário de atendimento ao público: 9 às 17 horas.

AGÊNCIA JUNTA COMERCIAL — Rua Maria Antonia, 294 • Telefone 256-7232 • Horário de atendimento ao público: 8,30 às 12 e das 13 às 16 horas,

ASSINATURAS

As quatro seções do Diário Oficial do Estado são vendidas e assinadas em separado. Preços da assinatura para cada seção — repartições e particulares: Cr\$ 3.800,00 (anual) e Cr\$ 1.900,00 (semestral) — funcionários e servidores estaduais: Cr\$ 3.040,00 (anual) e Cr\$ 1.520,00 (semestral).

As assinaturas poderão ser feitas em qualquer data e os prazos de 1 ano ou 6 meses serão contados do dia imediato ao que consta do recibo.

A renovação deverá ser efetuada com antecedência de 30 dias da data do vencimento da assinatura, diretamente ou através de carta, à Imprensa Oficial do Estado S/A — IMESP, acompanhada de cheque nominal, pagável na praça de São Paulo, conforme verificação de vencimento no cabeçalho de endereçamento no jornal. Vencido o prazo, a assinatura será suspensa independentemente de aviso prévio.

Os pedidos de assinatura de funcionários e servidores estaduais devem ser acompanhados de comprovante de sua situação funcional.

VENDA AVULSA

Exemplar do dia ... Cr\$ 30,00

Exemplar atrasado ... Cr\$ 37,00

A Imprensa Oficial do Estado S/A não mantém agentes coletores de assinaturas. Não existem leis ou decretos que obriguem estabelecimentos de ensino a assinarem o Diário Oficial.

do Servidor Público Estadual "Francisco Morato de Oliveira", as seguintes funções-atividades:

I — 3 (três) de Assistente Técnico de Direção I, referências inicial e final 4 e 19 da Escala de Vencimentos 4, fixadas a Amplitude em A-I e a Velocidade Evolutiva em VE-1;

II — 1 (uma) de Auxiliar de Técnico de Perfusion, referências inicial e final 8 e 25 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-II e a Velocidade Evolutiva em VE-2;

III — 3 (três) de Contador, referências inicial e final 7 e 30 da Escala de Vencimentos 3, fixadas a Amplitude em A-V e a Velocidade Evolutiva em VE-5;

IV — 1 (uma) de Técnico de Aparelhos de Hemodinâmica, referências inicial e final 11 e 30 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-III e a Velocidade Evolutiva em VE-3;

V — 1 (uma) de Técnico Genetista, referências inicial e final 11 e 30 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-III e a Velocidade Evolutiva em VE-3;

VI — 1 (uma) de Técnico de Holter e Ergometria, referências inicial e final 11 e 30 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-III e a Velocidade Evolutiva em VE-3;

VII — 2 (duas) de Técnico de Perfusion, referências inicial e final 11 e 30 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-III e a Velocidade Evolutiva em VE-3;

VIII — 1 (uma) de Técnico de Radioisótopos, referências inicial e final 11 e 30 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-III e a Velocidade Evolutiva em VE-3;

IX — 1 (uma) de Técnico de Vecto e Fonocardiografia, referências inicial e final 11 e 30 da Escala de Vencimentos 6, fixadas a Amplitude em A-III e a Velocidade Evolutiva em VE-3.

§ 1º — As funções-atividades previstas neste artigo serão exercidas:

1. em Jornada Completa de Trabalho, as mencionadas nos incisos I, II, III, VI e IX;

2. em jornada de trabalho inferior a 30 horas semanais, as mencionadas nos incisos IV, V, VII e VIII.

§ 2º — As funções-atividades de que trata o inciso I serão preenchidas, respectivamente, por Engenheiro Civil, Engenheiro Eletrônico e Arquiteto, com observância do disposto no artigo 40 do Regulamento do IAMSPE, aprovado pelo Decreto n.º 52.474, de 25 de julho de 1970.

Artigo 2º — As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento-Programa vigente da Autarquia.

Artigo 3º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 23 de julho de 1981.

PAULO SALIM MALUF

WADIH HELU, Secretário da Administração

Publicado na Casa Civil, aos 23 de julho de 1981.

Maria Angélica Galiazzzi, Diretora da Divisão de Atos Oficiais.